

SOCIEDADES E INSTITUIÇÕES

O Institucionalismo, à sua maneira, tem uma concepção própria do que é a Sociedade e do que é a História, a Sociedade como forma organizada de associação humana e a História como o devir da Sociedade no tempo.

O Institucionalismo, sem considerar no momento as diferenças doutrinárias de escola para escola, afirma que a sociedade é uma rede, um tecido de instituições. E que são as instituições?

As instituições são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas* e, quando não estão enunciadas de maneira manifesta, podem ser *pontos*, sustentam que *leis, normas e pontos* são objectificações de valores. As leis, em geral, estão escritas; as normas e os códigos também. Mas uma instituição não necessita de tal formalização por escrito: as sociedades agrárias também têm códigos, só que eles são transmitidos verbal ou praticamente, não figurando em nenhum documento.

O que estas lógicas significam? Significam a regularização de uma actividade humana, caracterizam uma actividade humana e se pronunciam valorativamente com respeito

BAMBLITT, Charles

the larger and better of which is a very good
example of a popular style of the 18th century.

a ela, clarificando o que deve ser, o que está prescrito e o que não deve ser, isto é, o que está proscrito, assim como o que é indiferente. Estas lógicas, estes corpos discriminativos são vários e é curioso que os institucionalistas têm dificuldades para chegar a um acordo acerca de quais e quantos são.

Vamos examinar algumas ilustrações, mais ou menos indiscutíveis. Um exemplo de uma instituição que vimos quantos da linguagem, ela caberia nesta definição: a instituição nada mais que um conjunto de leis, de normas que regem a combinação de elementos fônicos, de unidades de significação na linguagem. Com a combinação de elementos, conforme indicado por essas leis, pode construir-se um infinito número de mensagens, de tal modo que estas mensagens são compreensíveis para qualquer falante ou ouvinte da língua. Então, como se pode ver, no final das contas, uma gramática é uma instituição que explicita as opções de acordo com as quais se vão produzir mensagens, consideradas gramaticais ou agramaticais, os prescritos ou os proscritos. É claro que, no caso da língua, não estarão estipulados também os prêmios e os castigos para quem usa de forma correta ou incorreta a língua, que é o que acontece em outros tipos de instituição. Mas o preço de seu desconhecimento ou transgressão é óbvio: a incomunicabilidade dentro do universo humano, pelo menos esse universo humano.

Outro exemplo são as instituições de regulamentação do parentesco, as que definem os lugares tais como: pai, mãe, filho, nora, genro etc. Essas que prescrevem entre quais membros dessa classificação podem se dar uniões, entre quais membros não podem dar-se uniões e aliança característica de vínculo de descendência e que tipo, que na cada uma destas posições com a outra. Isto também é um código que, formalizado ou não, regula a relação de bem proscrições — o que é indicado; e também proscrições — o que é proibido; assim como o que é indiferente ou não abrangido por essa lógica.

Outra instituição pouco discutível entre os institucionalistas é a da divisão do trabalho humano. O trabalho humano está dividido segundo os momentos e as especificidades de cada tipo de produção e tarefa (divisão técnica). Mas, por outro lado, essa divisão vem acompanhada de uma hierarquia que institui diferenças de poder, prestígio e lucro não necessariamente justificadas pela importância produtiva daqueles que detêm esses lugares (divisão social). Por exemplo: trabalho manual e intelectual, do campo e da cidade, assalariados e autônomos etc.

Há também as instituições da educação, isto é, aquelas leis, normas e pautas que prescrevem como se deve socializar, instruir um aspirante a membro de nossa comunidade para que ele possa integrar-se à mesma com suas características efetivas.

Temos também a instituição da religião, que é a que regula as relações do homem com a divindade, divindade sobrenatural para uns ou imanente à vida terrena para outros, mas com respeito à qual existe toda uma série de comportamentos indicados e toda uma série de comportamentos contra-indicados.

Temos também as instituições de justiça, as instituições da administração da força, e assim por diante.

Em um plano formal, uma sociedade não é mais que isso: um tecido de instituições que se interpenetram e se articulam entre si para regular a produção e a reprodução da vida humana sobre a terra e a relação entre os homens. Agora, entendidas assim, as instituições são entidades abstratas, por mais que possam estar registradas em escritos ou tradições.

Para vigiar, para cumprir sua função de regulação da vida humana, as instituições têm de realizar-se, têm de “materializar-se”. E em que elas se materializam? Em dispositivos concretos que são as *organizações*. As organizações, então, são formas materiais, muito variadas, que compreendem desde um grande complexo organizacional tal como um ministério: Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Fazenda etc., até um pequeno

Le passage - d'œuvre : Contours de

estabelecimento. Ou seja, as organizações são grandes ou pequenos conjuntos de formas materiais que põem em atividade, que concretizam, as opções que as instituições distribuem, que as instituições-enunciam. Isto é, as instituições não teriam vida, não teriam realidade social se não fosse através das organizações. Mas as organizações não teriam sentido, não teriam objetivo, não teriam direção se não es- tivessem informadas como estão, pelas instituições.

Por sua vez, uma organização (que, como insisti, é um complexo grande, vultoso) está composta de unidades me- nores. Estas são de naturezas muito diversas e é difícil enunciar-las todas. Mas, pelo menos, há algumas que são muito características, como, por exemplo, os estabelecimen- tos. Estabelecimentos seriam as escolas, um convento, uma fábrica, um clube, um banco, um quartel. Há diversos ti- pos de estabelecimentos, de características muito diversas. Mas é um conjunto de estabelecimentos que integra uma organização.

Os estabelecimentos, em geral, incluem dispositivos téc- nicos cujos exemplos mais clássicos são a maquinaria, as instalações, arquivos, aparatos. Isso recebe o nome de equi- pamento. O equipamento pode ter uma realidade material que coincide com o estabelecimento, ou seja, as máquinas de um estabelecimento — ou pode ter uma realidade muito mais ampla, de maneira que forme um grande sistema de máquinas, um grande equipamento. Isso é o que acontece, suponhamos, com os equipamentos das organizações da co- municação de massa, que, por sua vez, são organizações que realizam as prescrições de uma grande instituição que é a instituição da Comunicação Social.

INSTITUIÇÃO — ORGANIZAÇÃO — ESTABELECIMENTO — EQUIPAMENTO. Tudo isto, naturalmente, se mobiliza, nada disso pode operar através dos agen- tes. Os agentes são “seres humanos”, são os suportes e os protagonistas da atividade de toda essa parafarnalia. E os agentes protagonizam práticas. Práticas que podem ser ver- bais, não-verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, prá-

30
1971-05-30

1971-05-30

1971-05-30

Mas é nas ações que toda essa parafarnalia acaba por operar transformações na realidade. Então, es- tas unidades (instituição — organização — estabelecimen- to — equipamento — agente — práticas) não podem ser confundidas. Mas, infelizmente, com frequência isso ocor- re. E não são confundidas apenas pelos leigos, mas tam- bém pelos institucionalistas. Então, quando se estuda uma escola institucionalista, esta escola pode chamar de insti- tuição às organizações; organização a um estabelecimento. Isso não é nada recomendável porque a primeira coisa a se fazer para entender este complexo panorama é criar uma nomenclatura mais ou menos universal e compartilhada. A que proponho aqui é a que grande parte dos institucionalistas aceita.

Isso não é apenas o exercício de um desatino, mas algo importante, porque se começamos a dizer, por exemplo, que essa escola é uma instituição, o assunto fica complicado por- que essa escola não é uma instituição, mas sim um estabe- lecimento que faz parte de uma grande organização, provavelmente do Ministério da Educação, que, por sua vez, realiza uma grande instituição que é a instituição da Edu- cação, que é uma lógica, uma série de prescrições ou leis.

Em uma instituição podem distinguir-se duas vertentes importantes. Uma é a vertente do instituinte, e outra a do instituído. Apesar de as origens das instituições serem muito difíceis de se determinar, ou seja, fazer a história de uma instituição, particularmente a de sua origem, é uma tarefa às vezes impossível, como se costuma dizer, “se per- de no começo dos tempos”. Inclusive há muita instituição, de no começo da língua ou a das relações de parentes- como a instituição do trabalho, das quais não se pode dizer qual veio primeiro e qual veio depois. A uni- versidade humana existe, tem de existir, como mínimo, estas quatro instituições humanas, ou seja, que humanidade é sinônimo de coletivo regido por estas instituições e estas instituições são sinônimos de existência de um coletivo humano. En- tão, é difícil saber como eram os coletivos antes que apare-

1971-05-30

1971-05-30

cial mesma para produzir cada vez mais novos instituídos que sejam apropriados aos novos estados sociais. Tem-se que evitar uma leitura do tipo maniqueísta, que pensa que o instituído é bom e o instituído é ruim, embora seja verdadeira resistência, uma disposição que se poderia chamar a persistir em seu ser, a não mudar, que quando se exacerba, se exagera, se conhece politicamente pelo nome de conservadorismo, reacionarismo. Pelo contrário, o instituído aparece como atividade revolucionária, criativa, transformadora por excelência. Na realidade, não é exatamente assim, porque o instituído careceria completamente de sentido se não se plasmasse, se não se materializasse nos instituídos. Por outro lado, os instituídos não seriam úteis, não seriam funcionais se não estivessem permanentemente abertos à possibilidade instituinte.

Por sua vez o mesmo acontece a nível organizacional. Existe o *organizante* e o *organizado*. Há uma atividade permanentemente crítica e transformadora, otimizada das organizações — o *organizante*. E há o *organizado*, que se pode ilustrar com o famoso organograma ou fluxograma, que é necessário, mas que tem uma tendência "natural" a cristalizar-se (entre outras coisas porque nada tem a ver com o natural), uma tendência histórica a esclerosar-se e a adotar uma série de vícios, entre os quais o mais conhecido é a burocracia, embora não seja o único. Então, é importante saber que para que a vida social, entendida como o processo em permanente transformação que deve tender ao aperfeiçoamento, que deve visar a maior felicidade, a maior realização, a maior saúde, a maior criatividade de todos os membros, essa vida só é possível quando ela é regulada por instituições e organizações, quando nessas instituições e organizações a relação é a dialética existentes entre o instituinte e o instituído, entre o organizante e o organizado (processo de institucionalização-organização) se mantêm permanentemente permeáveis, fluidas, elásticas.

Outra maneira de referir-se a isto é dizer que nas instituições, organizações, estabelecimentos, agentes, práticas,

cessam estas instituições. E perguntar-se como era o homem antes de ser homem, pelo menos como o entendemos. Então, situar, colocar a origem destas instituições é muito difícil. Só se pode dizer que uma instituição supõe outra, precisa da outra, e o seu conjunto é o que constitui uma civilização ou uma sociedade humana. Agora, se frequentemente não se pode dizer como estas grandes instituições começaram, sem dúvida se pode distinguir nelas uma potência, um movimento de transformação constante que tende a modificar, a operar mutações, transformações nas suas características. Em poucas ocasiões privilegiadas se pode assistir, historicamente, ao nascimento de uma grande instituição. Mas, em geral, não é isso o que acontece. O que se pode assistir é a grandes momentos históricos de revolução de uma instituição, de profundas transformações de uma instituição. Então, a estes momentos de transformação institucional, a estas forças que tendem a transformar as instituições ou também a estas forças que tendem a fundá-las (quando ainda não existem), a isso se chama o *instituinte*, forças instituintes. São as forças produtivas de códigos institucionais.

Este grande momento inicial do processo constante de produção, de criação de instituições, tem um produto, geram um resultado, e este é o *instituído*. O instituído é o efeito da atividade instituinte. Se vocês prestarem atenção a estes nomes, eles mesmos já estão dizendo alguma coisa com relação à diferença entre o instituinte e o instituído. O instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática, congelada. Então, é evidente que o instituído cumpre um papel histórico importante, porque as leis criadas, as normas constituídas ou as pautas, os padrões, vigora para regular as atividades sociais, essenciais à vida da sociedade. Mas acontece que essa vida é um processo essencialmente cambiante, mutativo; então, para que os instituídos sejam úteis, sejam funcionais na vida social, eles têm de estar acompanhando a transformação da vida so-

pode-se distinguir uma *função* e um *funcionamento*. Para poder entender esta terminologia, tem-se que compreender que nas civilizações e nos conjuntos humanos, e na vida humana tomada num sentido muito amplo, há a tendência a adquirir sempre características históricas que comprometem este objetivo utópico ativo. Estas características históricas, muito diferentes de uma sociedade para outra, de uma fase histórica para outra, se podem resumir em três grandes situações viciosas que são conhecidas por todo mundo: são os processos de *exploração*, de *dominação* e de *mistificação* (desinformação ou engano). Estas são as deformações do percurso da vida social e de seus objetivos mais nobres, de suas finalidades mais altas, que cada sociedade coloca à sua maneira, e que são chamadas de *utopias sociais*: como uma sociedade lenta, desceja, deve chegar a ser. É claro que, à exceção de algumas sociedades em particular, desde que existem sociedades as utopias sociais incluem diferentes formas de liberdade, diferentes formas de igualdade, diferentes formas de verdade e fraternidade, apesar de eu estar usando, para referir-me a isso, a utopia da Revolução Francesa, chamada de revolução burguesa, que não é nem a única nem a melhor das utopias, mas é a mais conhecida por nós. Então, cada sociedade, em seus aspectos instituintes e organizantes, sempre tem uma utopia, uma *orientação histórica* de seus objetivos, que é desvirtuada ou comprometida por uma deformação que se resume em: *exploração* de uns homens pelos outros (*expropriação* da potência e do resultado produtivo de uns por parte de outros), *dominação*, ou *seja*, *imposição* da vontade de uns sobre os outros e não-respeito à vontade coletiva, compartilhada, de consenso, e *mistificação*, ou *seja*, uma administração arbitrária ou deformada do que se considera saber e verdade histórica, que é substituída por diversas formas de mentira, engano, ilusão, sonegação de informação etc. Assim, se se compreende esta oposição entre a utopia, o aperfeiçoamento da vida social e suas deformações — *exploração*, *dominação*, *mistificação*, então se pode compreender mais facilmente uma divisão que se estabelece entre *função* e *funcionamento*. O

dito não significa que as utopias sejam sempre inocentes e acabem tratadas, mas em geral elas são mesmo tratadas. As instituições, organizações, estabelecimentos, agências e práticas apresentam uma função. Esta função está sempre a serviço das formas históricas de exploração, dominação e *mistificação* que se apresentam nesta sociedade. Toda instituição, toda organização, todo estabelecimento apresenta esta função: função a serviço dos exploradores, dos dominadores, dos *mistificadores*. Só que esta função rara-mente se apresenta como ela é, justamente por causa da *questão da mistificação*. A função apresenta-se deformada, mostra-se como o objetivo natural, desejado e lógico das instituições e das organizações. Isso é, não se exprimem claramente a nível do indivíduo e do organizado. Ou seja, os indivíduos e os organizados apresentam, predominantemente, frequentemente, funções a serviço da exploração, mente, frequentemente, funções a serviço de tal maneira da dominação, da *mistificação*. E as manifestam de tal maneira que as fazem parecer "naturais", desejáveis e eterna. Mas, ao passo que o instituinte e o organizante são sempre inspirados pela utopia, estão sempre a serviço dos objetivos que, provisoriamente, chamamos de justiça, de igualdade e fraternidade. Podem ser chamados de outra maneira. Estas forças, estes processos recebem o nome de *funções-instituintes*. Então, o funcionamento é sempre instituinte, é sempre transformador, é sempre justiciero e tende à utopia. A função, ela é predominantemente reacionária, conservadora, a serviço da exploração, da dominação e da *mistificação*, e se apresenta aos olhos não atentos como eterna, natural, desejável e invariável.

Então, pode-se distribuir outros termos que temos aqui presentes. O instituinte, o organizado, enquanto produtos, enquanto expressão apropriada, enquanto recursos operantes do instituinte, é claro que são necessários. Agente que, rapidamente, tendem a cair fora do seu sentido de função, nome para adotar a característica da função, coisa que se compreenderá melhor quando se disser que a característica essencial do instituinte, do organizante e dos seus produtos operantes é serem propícios à *produção*, produção

que é a geração do novo, daquilo que persegue a utopia; funcionamento e produção são a mesma coisa. Função é sinônimo de *reprodução*: é a tentativa de reiterar o igual, de perpetuar o que já existe, aquilo que não é operativo para acompanhar as transformações sociais. Então: instituinte e instituído, organizante e organizado, produção contra reprodução, exporemos definições que são um pouco áridas, abstratas, mas necessárias para entender os passos seguintes que vamos dar: digamos em que consistem. Como entender, como analisar cada instituição, cada organização, e como intervir para propiciar-lhes a ação do instituinte e do organizante? Não se pode fazer este trabalho sem ter-se claras estas definições. Para concluir, os instituídos, organizantes-organizados que constituem a malha, a rede social, não atuam separadamente, mas sim em conjunto. E esta atuação em conjunto pode ser enunciada com uma fórmula pedagógica: cada um deles atua *no* outro, *pelo* outro, *para* o outro, *desde* o outro. Esta é uma tentativa de enunciar o entrelaçamento, a interpenetração que existe entre todos os instituintes e instituídos, entre todos os organizantes e organizados. Esta articulação, esta interpenetração acontece a nível da função e a nível do funcionamento; a nível da produção e a nível da reprodução; a nível daquilo que funcionará a favor da utopia e a nível daquilo que está contra. Então, esta interpenetração a nível da função, do conservador, do reprodutivo, se chama *atravessamento*. Esta interpenetração a nível do instituinte, do produtivo, do revolucionário, do criativo se chama *transversalidade*. Para dar apenas um exemplo, vou mostrar-lhes um caso de atravessamento de funções a nível organizacional. Nós dizemos, por exemplo, que uma escola é um estabelecimento das organizações do ensino, que por sua vez são uma realização da instituição da educação. Mas acontece que uma escola não só alfabetiza, não só instrui, não só educa dentro dos objetivos manifestos do organizado e do instituído, senão que, de alguma forma ela também pre-para força de trabalho (alienado). ou seja, uma escola tam-

bém é uma fábrica. Por outro lado, uma escola, de acordo com a concepção de ensino que ela tenha, também consegue manter os alunos presos durante seis a oito horas por dia e, além de ensiná-los a ler e escrever, o que fundamentalmente lhes ensina é a obedecer e o que basicamente transmite é um sistema de prémios e punições, especialmente de punições. Neste sentido é que uma escola é também um cárcere. Mas, além disso, o que a escola ensina é uma série de valores do que deve ser construído, do que deve ser destruído, ensina formas de exercício da agressividade. Então, de alguma maneira, também se pode dizer que uma escola é um quartel. Então, vocês vão vendo como uma escola, a nível do instituído, do organizado, a nível da função, a nível da reprodução, ela está *atravessada* pelas outras organizações. Existe uma estreita colaboração na tarefa de reproduzir o que está, tal como está, e dessa maneira colaborar para a perpetuação da exploração, da dominação e da mistificação. Mas uma escola também é um âmbito onde se tem a ocasião de formar um agrupamento político-escolar, um clube estudantil; uma escola também é um lugar onde se pode aprender a lutar pelos direitos; uma escola também pode aprender a lutar contra a exploração, a dominação, a mistificação. Então, uma escola tem um lado instituinte, um lado organizante. Neste sentido, a escola pode ser também, por exemplo, uma frente de luta revolucionária, de luta sindical, um lugar de doutrinamento para a revolução, um lugar de exercício da solidariedade. Neste sentido é que uma escola tem também um funcionamento articulado, interpenetrado com muitas outras organizações, instituições, com muitos outros instituintes e organizantes da sociedade que atuam nela, através dela, para ela e ela por outras, e ainda entre os diversos quadros e segmentos desse mesmo estabelecimento. Essa interpenetração chama-se *transversalidade*. A interpenetração a nível da função, da

reprodução, já vimos, chama-se *atravessamento*. A interpenetração a nível instituinte, produtivo, chama-se transversalidade, que se define também como uma dimensão da vida social e organizacional que não se reduz à ordem hierárquica da verticalidade nem à ordem informal da horizontalidade. Os efeitos da transversalidade caracterizam-se por criar dispositivos que não respeitam os limites das unidades organizacionais formalmente constituídas, gerando assim movimentos e montagens alternativos, marginais e até clandestinos às estruturas oficiais e consagradas.

Com isso temos definida, até certo ponto, qual é a concepção institucionalista da sociedade.

PERGUNTAS REFERENTES AO CAPÍTULO II

- 1) O que são, para o Institucionalismo, as Sociedades?
- 2) O que implica dizer que as instituições são lógicas e que podem estar formalizadas em leis ou normas ou que se manifestam em pautas?
- 3) Quais seriam exemplos de instituições? Que são as organizações, os estabelecimentos, equipamentos, agentes e práticas? Dar exemplos.
- 4) O que é o instituinte e o instituído, o organizante e o organizado, a função e o funcionamento, a produção, a reprodução e a antiprodução?
- 5) O que é o atravessamento e a transversalidade?